

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Frente articula mexida em tributo de empresas 2

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

No rastro do dinheiro desviado do BRB 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Novo Desenrola reduz limite do consignado do INSS e de servidores 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Ministério da Agricultura prepara novo modelo para seguro rural 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Conflito pode mudar regra para cálculo de novo imposto 10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazenda Nacional conclui texto do anteprojeto do Imposto Seletivo 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pirataria chega a 20% no país 13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lula está definindo nova indicação ao STF, diz Alckmin 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Relator prevê até R\$ 5 bi em incentivos em PL de minerais críticos 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Aumento de tensão faz barril do petróleo chegar a US\$ 114 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Durigan aposta em apoio do Congresso mesmo após Messias 19

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Tensões geopolíticas aquecem investimentos no setor de Defesa 20

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Novo Desenrola pode trazer impulso à atividade e desafio adicional ao BC 22

Frente articula mexida em tributo de empresas

DANIELLE BRANT/BRASÍLIA

A Frente Parlamentar do Empreendedorismo articula uma mudança na incidência da contribuição previdenciária de empresas que, afirma, fomentaria a geração de empregos e ajudaria a tornar as contas da **Previdência Social** mais sustentáveis.

O tema será debatido hoje em seminário da entidade. A mudança consta de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada em fevereiro pelo senador Laércio Oliveira (PP-SE).

O texto sugere uma alteração no artigo da Constituição que trata de financiamento à **Previdência Social**, substituindo a contribuição patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por uma cobrança de 1,4% sobre a receita bruta das empresas. O senador disse ter consultado a **Receita Federal** sobre a alteração. Segundo ele, o Fisco indicou que haveria neutralidade tributária com a mudança - ou seja, o impacto arrecadatário seria o mesmo.

Na justificativa da PEC, o parlamentar diz que o formato atual das contribuições baseado na folha de pagamentos depende, principalmente, do número de trabalhadores formais no mercado de trabalho.

Por isso, mudanças trabalhistas registradas nos últimos anos, a desaceleração da taxa de crescimento da população em idade ativa e o processo de envelhecimento da população poderiam tornar essa contribuição sobre a folha de pagamentos "cada vez mais insuficiente frente aos gastos previdenciários", avalia ele.

Oliveira nega que a proposta seja uma contrapartida à eventual aprovação da PEC que acaba com a escala 6x1 e reduz a jornada de trabalho - criticada pelo senador.

"A PEC do fim da 6x1 busca mudanças no modelo de jornada de trabalho. Na minha visão, engessa ainda mais a legislação trabalhista", diz. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

No rastro do dinheiro desviado do BRB

» PAULO GONTIJO » MILA FERREIRA

A crise envolvendo o Banco de Brasília (BRB) expôs fragilidades na governança da instituição e acendeu um alerta no sistema financeiro nacional sobre a capacidade de controle e fiscalização de operações de alto risco. Investigações apontam que parte das transações realizadas nas negociações para a compra do Banco Master podem estar ligadas a um esquema mais amplo, incluindo suspeitas de desvio de recursos, lavagem de dinheiro e uso de estruturas paralelas para ocultação patrimonial.

O caso ganhou relevância diante da necessidade de socorro financeiro ao banco e do impacto na economia do Distrito Federal. O BRB exerce papel estratégico no pagamento de **servidores públicos**, no crédito ao setor produtivo e na sustentação de cadeias econômicas regionais. Um eventual colapso da instituição poderia gerar um efeito dominó, afetando não apenas clientes diretos, mas também a confiança no sistema financeiro do país.

Autoridades concentram esforços em uma frente delicada: ras-trear o caminho do dinheiro e mitigar prejuízos aos cofres públicos. A recuperação desses valores, embora complexa, é considerada pe-ça-chave para reduzir os danos e responsabilizar os envolvidos.

A apuração envolve uma força-tarefa que reúne órgãos de controle, inteligência financeira e investigação criminal. Participam desse processo entidades como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), o Banco Central, a Polícia Federal, o Ministério Público e a **Receita Federal**. O desafio é reconstruir o fluxo dos recursos e identificar eventuais responsáveis, diretos e indiretos.

Especialistas ouvidos pelo Correio apontam que o processo exige não apenas tecnologia avançada e integração entre instituições, mas também rapidez na adoção de medidas judiciais. Isso porque, em crimes financeiros, o tempo é um fator crítico.

Erro e fraude

Antes mesmo de rastrear valores, é preciso entender a natureza do problema. Economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), César Bergo destacou que nem toda irregularidade é, necessariamente, fraude. "É importante identificar o que é erro de gestão e o que é fraude intencional. Uma estratégia equivocada ou fatores externos podem gerar

distorções, sem que haja crime"

Segundo ele, o mercado utiliza indicadores conhecidos como red flags (bandeiras vermelhas) para

identificar possíveis irregularidades. Entre os principais sinais de alerta estão distorções contábeis, operações fora do padrão histórico da instituição, concentração excessiva de risco em determinados ativos ou parceiros e fragilidade nos indicadores de liquidez.

"No caso do BRB, chama atenção a concentração de operações e a falta de transparência. Muitas fraudes passam primeiro por falhas de governança antes de aparecerem de forma explícita no balanço" ressaltou.

Caminho do dinheiro

O caminho do dinheiro dentro do sistema financeiro deixa rastros, especialmente em operações digitais, que são registradas e monitoradas em tempo real. É nesse contexto que o Coaf ganha prota-gonismo, sendo responsável por atuar como unidade de inteligência financeira no Brasil.

O órgão recebe comunicações obrigatórias de bancos, corretoras, seguradoras e outros setores sobre movimentações suspeitas ou fora do padrão. A partir desses dados, são produzidos relatórios que ajudam a identificar possíveis esquemas ilícitos.

"Os sistemas detectam fracionamento de valores, movimentações incompatíveis com a renda declarada e circularidade de recursos entre contas. Hoje, algoritmos e inteligência artificial ampliam significativamente a capacidade de ras-treamento" apontou Bergo.

As investigações seguem três etapas clássicas da lavagem de dinheiro: colocação (quando o dinheiro ilícito entra no sistema financeiro), ocultação (fase em que se tenta disfarçar a origem dos recursos por meio de múltiplas transações) e integração (momento em que o valor retorna ao mercado com aparência de legalidade).

Economista e especialista em mercado financeiro, Newton Marques reforçou que grandes movimentações dificilmente passam despercebidas no longo prazo: "Os bancos são obrigados a informar operações elevadas. O Coaf registra tudo e comunica à Receita e ao Banco Central. Pode demorar, mas, na maioria dos casos é possível rastrear"

Suspeitas

Apesar de sua relevância, a organização não realiza investigações criminais diretamente. Sua função é atuar como ponto de partida das apurações, organizando e analisando dados que indicam possíveis irregularidades. Quando movimentações suspeitas são identificadas, o órgão elabora Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs), que são encaminhados a instituições como a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a **Receita Federal**"No momento em que os indícios deixam de ser administrativos e passam a ser consistentes, entram as medidas judiciais. A investigação passa a ter caráter civil e penal" explicou Bergo.

Além da atuação interna, o sistema brasileiro conta com mecanismos de cooperação internacional para rastrear recursos enviados ao exterior, especialmente para paraísos fiscais. A prática conhecida como follow the money (siga o dinheiro) orienta grande parte dessas ações.

Na prática, isso envolve o bloqueio de bens e contas bancárias, a quebra de sigilos bancário e fiscal para mapear a rede de transações, o rastreamento em cadeia para acompanhar o fluxo entre diferentes contas e a cooperação com autoridades estrangeiras para localizar valores fora do país.

Para Newton, a prioridade é descapitalizar o esquema. Não é só prender, é recuperar o dinheiro. Ferramentas do Banco Central e mecanismos associados ao Pix também ampliaram a capacidade de rastreamento. "Sistemas mais recentes permitem acompanhar transferências em múltiplas etapas, dificultando a pulverização de recursos, uma estratégia comum em esquemas de lavagem" exemplificou.

Delação premiada

Um dos instrumentos mais eficazes nesse tipo de investigação

é a delação premiada. Melque-zedech Moura, doutor em administração e professor de finanças no Ibmec, apontou que a colaboração pode acelerar significativamente o rastreamento dos recursos e encurtar o tempo das investigações.

"A colaboração premiada é uma ferramenta vital. O delator (caso o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa opte) entrega o caminho do dinheiro, senhas de carteiras de criptomoedas e o nome de laranjas em troca de redução de pena, acelerando exponencialmente o rastreamento que levaria anos de auditoria forense", ressaltou.

Nesse tipo de acordo, o delator fornece detalhes sobre o caminho do dinheiro, identifica intermediários, como laranjas e operadores financeiros, e pode indicar contas, empresas e estruturas utilizadas para ocultar valores. "A recuperação dos ativos do BRB dependerá da integração entre a inteligência financeira do Coaf, a tecnologia de rastreamento do Banco Central e a execução implacável de medidas assecuratórias pela Polícia Federal e pelo Ministério Público", assinalou.

Desafios e limites

Apesar dos avanços tecnológicos e institucionais, rastrear e recuperar bens desviados ainda enfrenta obstáculos significativos. Newton Marques aponta falhas na fiscalização e limitações na capacidade de monitoramento em tempo real. "Às vezes, as autoridades demoram a identificar movimentações suspeitas. Há uso de laranjas, empresas e até corrupção, o que dificulta o processo".

César Bergo chama atenção para a diferença de velocidade entre criminosos e instituições: "Os órgãos atuam de forma mais lenta, enquanto o crime é digital, rápido e altamente adaptável. É preciso sistemas mais eficientes e integrados".

Além disso, fatores como remessas internacionais, fintechs sediadas fora do país e uso de criptomoedas aumentam a complexidade das investigações, exigindo cooperação global e constante atualização das ferramentas de controle.

Enquanto as investigações avançam, o BRB busca apoio federal para evitar um colapso. Especialistas apontam que a crise vai além da gestão e envolve riscos sistêmicos que podem impactar a estabilidade do mercado. A eventual recuperação dos recursos desviados pode aliviar parte do prejuízo, mas não resolve, sozinha, o problema estrutural da instituição. A reportagem procurou o BRB para se pronunciar sobre a colaboração com as investigações, mas até o fechamento desta reportagem, não houve retorno.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/05/05/all.pdf>

Novo Desenrola reduz limite do consignado do INSS e de servidores

ALVARO GRIBEL

A projeção do governo é de que o chamado Desenrola Famílias possa atingir um universo de 20 milhões de pessoas, enquanto o Desenrola do **INSS**, 15 milhões. Já o Desenrola Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) poderia chegar a 1,5 milhão de estudantes, e o Desenrola Rural, a 800 mil agricultores familiares.

"Estamos tentando encontrar a fórmula para tirar a corda do pescoço dessa gente (endividada), para ela poder voltar a respirar normalmente.

Não é correto um cidadão estar com nome sujo por causa de dívida de R\$ 100. Aí, o mercado transforma esse cidadão em clandestino, ele vai para o agiota", afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante o anúncio do novo programa, que contou com a participação de vários ministros.

Como já havia sido antecipado pelo governo na semana passada, quem aderir ao programa ficará proibido de fazer apostas em jogos online (bets) pelo período de um ano. "Não pode continuar jogando em bets. Estamos proibindo, durante um ano, gastar um pouco dos recursos em jogo", afirmou Lula.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse que não haverá nenhum impacto primário nas contas do governo com as medidas e que o programa não será algo corriqueiro e repetido.

É uma única estruturação, segundo ele. A primeira versão do Desenrola foi lançada ainda em 2023, para dívidas negativadas de 2019 a 2022, e cujo valor atualizado fosse inferior a R\$ 20 mil.

"Isso aqui não é algo permanente ou algo rotineiro. Isso está sendo feito a partir de um diagnóstico preciso de um momento muito localizado.

Então, não é algo que tem de ser feito outras vezes", disse Durigan.

Pela medida provisória assinada ontem, as instituições financeiras se comprometeram a "desnegativar" dívidas no valor de até R\$ 100. "Os bancos estão nos dando mensagens de que estão prontos para operar.

Vamos fazer uma grande renegociação, usando

recursos do FGO (Fundo Garantidor de Operações) e do FGTS com resultados visíveis em pequeno espaço de tempo", afirmou o ministro do Planejamento, Bruno Moretti.

INSS. O novo programa prevê também mudanças no consignado de aposentados do **INSS**.

O limite de consignação, que hoje é de 45%, cai para 40%.

Para os próximos anos, haverá redução adicional de pontos percentuais por ano, até se voltar ao limite de 30%.

Em compensação, os prazos das operações de crédito serão ampliados de 96 para 108 meses.

O governo também vai acabar com o cartão de crédito consignado do **INSS**.

"Estamos acabando com o cartão (de crédito), e diminuindo a margem de 45% para 40%, sem reserva para nenhum produto.

Queremos que a margem total seja de 30% por orientação do presidente Lula", afirmou Durigan. Esses limites para a consignação também vão valer para o crédito consignado dos **servidores públicos** federais. Nesse caso, o prazo máximo da operação sairá de 96 para 120 meses, com carência de 120 dias.

ESTUDANTES. Em relação a dívidas dos estudantes do Fies, haverá critérios diferentes de acordo com o período da inadimplência. No caso de pagamento à vista de dívidas vencidas e não pagas há mais de 90 dias, por exemplo, haverá desconto da totalidade dos juros e multas e de 12% do principal.

Se o estudante parcelar o pagamento (em até 150 vezes), terá direito a negociar desconto da totalidade dos juros e multas.

Essa negociação também pode mudar se o estudante tiver ou não inscrição no chamado CadÚnico, banco de dados do governo que funciona como porta de entrada para benefícios sociais. Na hipótese de o estudante fazer parte desse cadastro, o desconto poderá ser de até 99% do valor total da dívida, incluindo principal, juros e multa, com liquidação

integral do saldo devedor.

EMPRESAS E RURAL. No Desenrola para microempresas com faturamento de até R\$ 360 mil, haverá mudanças na linha de crédito ProCred, com aumento da carência de 12 para 24 meses.

O valor total do crédito subirá de 30% do faturamento (com teto de R\$ 150 mil) para 50% (com novo teto em R\$ 180 mil).

Já no caso das pequenas empresas atendidas pelo Programa Nacional de Apoio a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronamp), com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões, o valor total do crédito subirá de R\$ 250 mil para R\$ 500 mil, com aumento também da carência, do prazo máximo para operação e da tolerância do atraso. No Desenrola Rural, o governo também dará ampliação de prazo para o pagamento de dívidas. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ministério da Agricultura prepara novo modelo para seguro rural

ISADORA DUARTE

O governo prepara um novo modelo de seguro rural com subvenção do Tesouro para proteção das lavouras. O lançamento do modelo está previsto para a próxima safra, que começa a ser semeada em setembro no País. Essa revisão estará pronta até o anúncio do próximo Plano Safra 2026/27, em junho, prevê o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Guilherme Campos.

A revisão passa pela aprovação do Projeto de Lei 2.951/2024, que aperfeiçoa os marcos legais do seguro rural, em tramitação na Câmara dos Deputados, e pelo aumento da subvenção ao Programa de Subvenção Econômica ao Seguro Rural (PSR), de R\$ 4 bilhões para R\$ 5 bilhões por ano.

O aumento dos recursos destinados ao seguro rural é uma das principais demandas do setor do agronegócio para a próxima safra. Entre as propostas apresentadas, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) pediu ao Executivo garantia de R\$ 4 bilhões para o seguro rural para este ano, além de suplementação e estabilidade orçamentária.

CORTES ORÇAMENTÁRIOS. Os produtores reclamam de cortes orçamentários consecutivos do programa. No ano passado, o orçamento do seguro rural foi contingenciado para R\$ 565,4 milhões, enquanto a área segurada caiu 55% para 3,2 milhões de hectares - a menor em uma década.

"O texto substitutivo tende a ser apresentado na próxima semana. Levamos à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e em diálogo ao relator, deputado federal Pedro Lupion (Republicanos-PR), a necessidade da aprovação do projeto para modernização do seguro rural no País", disse Campos, ao Estadão/Broadcast.

UNIVERSALIZAÇÃO. O novo modelo está sendo preparado pelo governo há pelo menos um ano, em discussões interministeriais que envolvem o Ministério da Fazenda. A ideia do Ministério da Agricultura é universalizar o seguro rural, hoje concentrado na Região Sul, para todos os produtores que acessarem o crédito subsidiado do Plano de Safra.

"A premissa de vincular o financiamento com o seguro

visa diminuir a exposição do Tesouro em casos de fenômenos climáticos adversos que podem prejudicar a safra e levar à necessidade de repactuação das dívidas rurais", afirmou Campos.

OBRIGATÓRIO. A proposta do ministério é tornar obrigatório o seguro rural para produtores que contratarem financiamentos de custeio com recursos subsidiados. O escopo inclui ainda o aumento do percentual de subvenção do prêmio dos atuais 40% para 50% dentro do PSR, programa no qual o governo subsidia parte do prêmio das apólices.

Para isso, estima-se a necessidade de orçamento para subvenção das apólices entre R\$ 4 bilhões e R\$ 5 bilhões por ano.

Hoje, o orçamento para subvenção econômica do seguro rural está previsto em R\$ 1,018 bilhão, conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA). O rearranjo orçamentário para elevação dos recursos destinados ao PSR está em avaliação pelo Ministério da Fazenda. |

Ministra critica decisão do TCU sobre consignado.

Para entender A ministra-chefe da Casa Civil, Miriam Belchior, disse ontem que o Tribunal de Contas da União (TCU) adotou uma medida drástica ao suspender o consignado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Segundo Miriam, boa parte das solicitações do TCU já teriam sido atendidas e, por isso, o governo vai recorrer da decisão da Corte de contas.

"Foi uma medida drástica do TCU. Devemos entrar no tribunal pedindo a suspensão da cautelar, porque as razões exigidas pelo tribunal na cautelar já estão bastante adiantadas. Das oito medidas que o tribunal solicita, seis já estão praticamente prontas para serem implementadas pela Dataprev e duas delas dependem dos bancos", declarou ela, que participou de cerimônia de lançamento do Novo Desenrola Brasil.

Na última quarta-feira, o TCU decidiu suspender o consignado do **INSS** após ter identificado falhas no sistema de créditos para aposentados. A suspensão vale até que o próprio TCU volte a deliberar sobre o assunto e tome uma decisão no plenário da Corte.

O TCU apontou fragilidades especialmente nas modalidades de cartão, nas quais a dinâmica de crédito rotativo e as restrições decorrentes do sigilo bancário dificultariam a verificação de informações como saldo devedor, faturas, encargos e até a efetiva disponibilização dos recursos ao beneficiário.

Em nota, a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Zetta (que representa as fintechs) manifestaram "grande preocupação, surpresa e insegurança" com a decisão do TCU.

As três entidades do setor financeiro dizem reconhecer que é indispensável mitigar riscos de atividades fraudulentas, coibir contratações indevidas e ajustar fragilidades operacionais.

"No entanto, a paralisação do consignado do **INSS**, por decisão inesperada do poder público, interrompe um mercado regulado que movimentava cerca de R\$ 100 bilhões por ano, com aproximadamente R\$ 9 bilhões em descontos mensais, e penaliza sobretudo uma população de baixa renda e alta vulnerabilidade financeira", argumentaram.

I GABRIEL DE SOUZA/BRASÍLIA

Para entender

Foco são famílias, Fies, empresas e dívidas rurais | Desenrola Famílias Pelo eixo Desenrola Famílias, o governo quer promover a renegociação de dívidas trocando a dívida cara por uma mais barata. O governo prevê desconto médio de 65% na dívida. Essa queda deve acontecer porque o governo dará garantia para o novo crédito.

I Renegociação Governo vai permitir a renegociação de dívidas contratadas até 31 de janeiro de 2026 e que estejam atrasadas entre 90 dias e 2 anos, com cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal (CDC). A dívida terá descontos entre 30% e 90%; taxa de juro máxima de 1,99% ao mês; até 48 meses de prazo; até 35 dias para pagamento da primeira parcela; limite da nova dívida (após descontos) até R\$ 15 mil por pessoa, por instituição financeira; e garantia do FGO.

I Limite de renda O corte na renda é de cinco salários mínimos (R\$ 8.105). Os descontos serão aplicados de acordo com o tipo da dívida e o tempo de inadimplência.

I Bets Quem aderir ao Desenrola, ficará proibido, por um ano, de fazer jogos em casas de apostas.

O bloqueio será feito por CPF.

Os bancos que participarem do programa também terão de limpar o nome de quem tem dívida de até R\$ 100. Isso não significa perdão da dívida.

I Educação financeira As instituições financeiras também terão de destinar à educação financeira o equivalente a 1% do valor garantido pelo FGO. O fundo será usado pelo governo para dar garantia às novas operações de crédito. Assim, os bancos quitam a dívida antiga e fazem uma nova operação, com juros mais baixos. Se o tomador do novo crédito não pagar a dívida, o FGO irá honrar até 50% da inadimplência.

I Uso do **FGTS** Trabalhadores poderão usar até 20% do saldo do **FGTS** ou até R\$ 1 mil, o que for maior, para pagar parcial ou integralmente dívidas. Para quem já aderiu ao **saque-aniversário**, valerá o saldo descontado da garantia para essa operação.

I Desenrola Fies Estudantes com dívidas poderão ter descontos, a depender do prazo da inadimplência: Dívidas vencidas e não pagas há mais de 90 dias: se o pagamento for à vista, desconto da totalidade dos juros e multas e de 12% do principal. Se parcelar (até 150 vezes): desconto da totalidade dos juros e multas.

Dívidas vencidas e não pagas há mais de 360 dias de estudantes fora do CadÚnico: desconto de até 77% do valor total da dívida, incluindo principal, juros e multa, com liquidação integral do saldo devedor.

Dívidas vencidas e não pagas há mais de 360 dias de estudantes do CadÚnico: desconto de até 99% do valor da dívida, incluindo principal, juros e multa, com liquidação do saldo devedor.

I Empresas O governo prevê medidas para as microempresas (com faturamento de até R\$ 360 mil por ano e que fazem parte do Procred) e para as micro e pequenas empresas (faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões, e que fazem parte do Pronampe).

Microempresas: a carência irá de até 12 para 24 meses. O prazo máximo subirá de 72 para 96 meses. A tolerância no atraso para concessão de novos créditos subirá de 14 para 90 dias.

Aumento do valor total do crédito de 30% do faturamento (com teto de R\$ 150 mil) para 50% (com novo teto em R\$ 180 mil). Para empresas lideradas por mulheres, o limite sobe de 50% do faturamento para 60% (com novo teto em R\$180 mil).

Pequenas empresas: as alterações no Pronampe serão: a carência sairá de até 12 para até 24 meses. O prazo máximo subirá de 72 para 96 meses. A tolerância no atraso para concessão de novos créditos subirá de 14 para 90 dias. Aumento do valor total do

crédito de R\$ 250 mil para R\$ 500 mil.

I **Consignado do INSS** Acabam os 10% de margem exclusiva para cartão consignado e de benefícios (5% e 5%), e o limite de consignação total, que era de 45%, passa a ser de 40%; ampliação do prazo da operação de 96 para 108 meses; fim da proibição à carência e permissão para que ela seja de até 90 dias.

I **Consignado do servidor público** Acabam os 10% de margem exclusiva para cartão consignado, e o limite de consignação total, que era de 45%, passa a ser de 40%. O prazo máximo irá de 96 para 120 meses; carência será de até 120 dias.

I **Desenrola Rural** Governo está ampliando o prazo para pagamento do Desenrola Rural. Quem tem dívidas, terá novo prazo, até 20 de dezembro de 2026, para aderir ao programa, voltado a agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, pescadores artesanais e demais povos e comunidades tradicionais.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Conflito pode mudar regra para cálculo de novo imposto

Giordanna Neves

O governo federal estuda alterar a janela temporal prevista na regulamentação da **reforma tributária** para o cálculo da alíquota da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) sobre combustíveis a partir de 2027, apurou o Valor. A medida busca evitar distorções na arrecadação estrutural, já que a redução recente de **tributos** federais sobre combustíveis, em meio à guerra no Oriente Médio, pode afetar a base de cálculo do novo imposto. Isso diminuiria a arrecadação do governo federal em relação aos patamares atuais.

A ideia é incluir essa mudança no Projeto de Lei Complementar (PLP) em tramitação no Congresso, que cria uma exceção à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para permitir a redução de **tributos** sobre combustíveis em 2026, sob relatoria da deputada Marussa Boldrin (Republicanos-GO). A previsão é que o texto seja votado hoje no plenário da Câmara.

A **reforma tributária** sobre consumo substitui o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), além de outros **tributos**, pela CBS e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Já a lei complementar que regulamenta a reforma estabelece que a alíquota da CBS sobre combustíveis, a partir de 2027, deve ser calibrada para manter a carga tributária no patamar atual. Para isso, o cálculo toma como base a carga incidente sobre os combustíveis no período de julho de 2025 a junho de 2026, considerando **tributos** federais.

No caso do diesel, os **tributos** federais já estão zerados desde março e poderão seguir até 31 de maio deste ano, quando o governo vai avaliar se haverá prorrogação da isenção ou redução. Já para eventual redução de imposto sobre gasolina, por exemplo, o governo aguarda a aprovação do PLP.

O projeto abre uma exceção à LRF ao permitir que a renúncia de receita com a redução de **tributos** sobre combustíveis seja compensada não por aumento de outros **impostos**, como exige a legislação atual, mas pela arrecadação extraordinária da União gerada pelo choque do petróleo. A medida valerá apenas para este ano.

Nos cálculos do Alexandre Andrade, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), a União arrecadou em torno de R\$ 20,2 bilhões com PIS/Cofins sobre combustíveis considerando o ano-base de 2025, estimado pela média da arrecadação de julho de 2025 a março de 2026. Considerando o período de julho de 2024 a junho de 2025, a arrecadação foi em torno de R\$ 24,8 bilhões.

Por isso, ele aponta que a redução das alíquotas sobre combustíveis gerou um problema 2027, ano em que se inicia a implementação da **reforma tributária**. "A ideia prevista na reforma era a manutenção de neutralidade na arrecadação com a introdução da CBS. Só que a janela de apuração inicialmente prevista ficou comprometida em razão dessa redução das alíquotas de PIS/Cofins no contexto do conflito no Irã. Assim, a proposta elaborada pelo governo visa recompor a base de incidência desses **tributos** para não afetar os recolhimentos da CBS."

O governo também quer atender ao pleito da relatora e garantir a manutenção da competitividade do etanol em relação à gasolina. A deputada defende a previsão de um diferencial entre os **tributos** incidentes sobre os dois combustíveis, de forma a favorecer o combustível renovável. A equipe econômica estuda como incorporar o pedido ao texto.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Fazenda Nacional conclui texto do anteprojeto do Imposto Seletivo

"Precisa ser uma alíquota grande para o impacto desejado na saúde pública" Luciana B. Nucci

A equipe técnica da Fazenda Nacional concluiu a minuta do anteprojeto de lei do Imposto Seletivo (IS) - chamado de "imposto do pecado" - com alíquotas para dois diferentes cenários. Embora a legislação da **reforma tributária** (Emenda Constitucional nº 132/2023) determine que o IS comece a ser cobrado já no início de 2027, para entrar em vigor no próximo ano um projeto de lei específico precisa ser aprovado pelo Congresso até setembro.

O desenho atual do Imposto Seletivo é visto por especialistas como ineficiente para o propósito de diminuir o consumo de bebidas açucaradas, alcoólicas e cigarros, além de reduzir gastos na saúde pública a longo prazo. Para eles, o novo tributo deve elevar a carga tributária de tais produtos, ter uma base de cálculo ampliada e sua arrecadação teria que ser voltada a políticas públicas relacionadas à saúde.

Uma fonte a par do assunto ouvida pelo Valor explicou que os estudos da equipe técnica consideraram dois cenários. O primeiro, com manutenção da carga tributária - em que a alíquota do IS aplicada a esses produtos substitui o praticado anteriormente por outros **impostos**, como o Imposto sobre produtos Industrializados (IPI).

A segunda alternativa persegue metas de impacto na saúde, com alíquotas mais ambiciosas. As simulações usadas pelo grupo de trabalho levaram em consideração manuais produzidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A partir disso, projetaram possíveis efeitos no consumo e na saúde da população.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva é quem baterá o martelo sobre o percentual das alíquotas e a data de envio da proposta para o Legislativo. Por este ser um ano eleitoral, a avaliação nos bastidores é de que o Executivo deve optar por não seguir com a opção de alíquotas mais altas para evitar o desgaste político. Nesse sentido, uma alternativa seria enviar uma Medida Provisória sobre o assunto, o que já foi dito pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Pesquisadores e especialistas em saúde criticam a

opção pela manutenção da carga. "Quanto mais altas essas alíquotas estão, em especial no que diz respeito a esses produtos potencialmente causadores de dependência, viciantes ou de hábitos muito arraigados, melhor será o resultado", diz Francisco Mata Machado Tavares, coordenador do Observatório Brasileiro do Sistema Tributário (OBST). Em 2024, o OBST produziu um relatório revisando mais de 30 artigos científicos sobre os efeitos de **impostos** seletivos no mundo.

Com alíquotas que aumentem pouco a carga tributária, Tavares observa que há efeito inflacionário (o produto encarece para o consumidor final), mas isso não necessariamente modificaria o comportamento. "As alíquotas precisam ser mais altas para que o mais pobre deixe ou reduza seu consumo, não haja efeito regressivo fiscal e ainda se tenha efeito benéfico na saúde", diz.

Para bebidas açucaradas, por exemplo, o patamar de referência da OMS é uma alíquota de 20%. Estudos econométricos coordenados pela professora de bioestatística Luciana Bertoldi Nucci, da PUCCampinas, estimam que, neste cenário, haveria redução da prevalência de obesidade em cerca de 2% da população brasileira (3 milhões de casos), e se evitaria ao redor de 100 mil novos casos de diabetes tipo 2 e de 50 mil casos de doenças cardíacas, na primeira década após aplicação da nova taxa.

"É um processo longo e precisa ser uma alíquota grande para o impacto que se gostaria na saúde pública", diz Luciana. As projeções do grupo de pesquisa dela estimam economia de US\$ 520 milhões em gastos com sete doenças crônicas relacionadas ao consumo excessivo de produtos calóricos, como obesidade e diabetes, em duas décadas. A pesquisadora defende que alíquotas inferiores ao patamar de referência da OMS poderiam fazer com que, ao invés de desestimular o consumo da categoria, a demanda migrasse para opções mais baratas e ainda calóricas.

Para evitar essa troca, Tavares, do OBST, defende também a ampliação da base de cálculo do IS. "Quanto mais ampla a base de cálculo é, mais se evita o chamado efeito substitutivo", diz. Isso quer dizer que, ao invés de tratar apenas da categoria "bebidas açucaradas", uma das conclusões do OBST é que o IS

deveria abranger produtos ultraprocessados em geral. Assim, seguindo essa lógica, consumidores não trocariam um refrigerante por néctar (suco de caixinha), por exemplo.

Essa conclusão, segundo Tavares, partiu da revisão de artigos publicados sobre a aplicação de uma taxa semelhante no México. Lá diminuiu o consumo de bebidas com açúcar adicionado, mas inicialmente não se alcançou resultados significativos na redução dos níveis de obesidade. "Na medida em que os consumidores passaram a comprar produtos similares não afetados pelo imposto, o conjunto de nutrientes ingeridos pela população não sofreu grandes alterações", diz trecho do estudo.

O total arrecadado com o IS, de natureza extrafiscal, não tem uma destinação estabelecida em lei. O montante entrará nos cofres da União, com exceção de uma parte que será usada para manter a competitividade dos produtos fabricados na Zona Franca de Manaus, substituindo o papel do IPI anteriormente.

Acadêmicos ouvidos pelo Valor defendem que, para resultados contundentes, políticas públicas deveriam ser adotadas em conjunto com o IS para reduzir o consumo em excesso de itens considerados nocivos à saúde. "Esse é o "padrão ouro" no que diz respeito à política de imposto seletivo", diz Tavares, do OBST.

Hoje, 75% dos recursos provenientes dos royalties e da participação especial na exploração de petróleo são destinados à educação pública, enquanto o restante vai para a saúde. Além disso, 50% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal também são aplicados nessas duas áreas.

Setores afetados pelo Imposto Seletivo (IS) reclamam que a demora do governo federal em apresentar as alíquotas está travando projeções para o próximo ano. Márcio Maciel, presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv), diz

que isso faz com que o setor tema que a carga tributária média das cervejas será ampliada no novo modelo adotado com a **reforma tributária**. "Nos leva a crer que o objetivo de extrafiscalidade não está sendo observado", afirma.

A incidência do IS ocorrerá de duas maneiras sobre as bebidas alcoólicas: de acordo com o preço de venda; e progressiva, conforme o teor alcoólico. Maciel, do setor das cervejas, defende a aplicação do modelo. "[Alíquota progressiva pelo teor alcoólico] é o que há de mais moderno na tributação de IS para bebidas no mundo", diz ele.

Considerando o teor alcoólico, as bebidas destiladas devem ver alíquotas maiores. Eduardo Cidade, presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBDD), argumenta por nota que "nenhuma categoria deve ter seu imposto reduzido para direcionar o consumo com a narrativa de que, por ter uma graduação mais baixa [de álcool], pode ser consumida em maior quantidade".

Já Alexandre Horta, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas Não Alcoólicas (Abir), que representa

a categoria das bebidas açucaradas, diz por nota que "acompanha com preocupação" a ausência de definição e transparência na definição da alíquota do IS. Eles se posicionam contra o aumento da carga tributária.

"Esse cenário compromete o planejamento das empresas do setor, que já se preparam para 2027, e evidencia a necessidade de segurança jurídica, previsibilidade e análises de impacto", argumenta Horta.

Ele ainda destaca que, apesar de o setor apoiar a **reforma tributária**, "chama a atenção para a falta de coerência na inclusão das bebidas açucaradas no Imposto Seletivo, especialmente considerando que o açúcar integra a cesta básica e será tributado com alíquota zero".

A Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo) também diz acompanhar as discussões com preocupação, "especialmente diante do risco concreto de agravamento das distorções já existentes no mercado de cigarros no Brasil". A entidade alega que "elevações excessivas" da carga tributária fortalecem o mercado ilegal e o avanço do crime organizado, com produtos fora de controle sanitário ou fiscal.

Pirataria chega a 20% no país

» **FERNANDA STRICKLAND** » **CAETANO YAMAMOTO***

A falsificação de medicamentos no Brasil alcançou níveis preocupantes e mobiliza autoridades e especialistas, diante dos riscos à saúde pública e dos impactos sobre a economia. O tema foi destaque no evento "Propriedade Intelectual na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?", promovido pelo Correio Braziliense em parceria com a Interfarma.

Durante o debate, o advogado José Alexandre Buaiz Neto, sócio do Pinheiro Neto Advogados e presidente da Comissão de Integridade e Responsabilidade Corporativa da International Chamber of Commerce Brasil (ICC Brasil), comentou que os riscos à saúde são diretos. Ele destacou que medicamentos falsificados podem conter ingredientes incorretos, doses inadequadas ou até substâncias tóxicas. Buaiz Neto citou levantamento feito pela Organização Mundial da Saúde (OMS), apontando que, em 2014, a pirataria de itens farmacêuticos teria causado cerca de 700 mil mortes, especialmente em tratamentos para doenças como malária e pneumonia. Ainda segundo a OMS, a falsificação de medicamentos pode chegar a 19% no mundo. No Brasil, a cada 100 remédios vendidos, cerca de 20 são ou podem ser falsificados.

O problema se torna ainda mais sensível em mercados de alto valor, como o de medicamentos análogos de GLP-1, utilizados para emagrecimento - casos de produtos como Mounjaro e Ozempic. De acordo com Neto, o alto preço e a elevada demanda tornam esses itens alvos preferenciais de esquemas ilegais.

Além das consequências clínicas, o impacto atinge a confiança do paciente e o ciclo de inovação da indústria farmacêutica. "Quando você perde lucratividade das receitas, a inovação tende a não ter tantos recursos para que se crie novos medicamentos" afirmou o advogado.

Segundo Neto, a falsificação de medicamentos no Brasil está diretamente associada ao crime organizado e, em muitos casos,

à importação paralela - prática que ocorre fora dos canais oficiais de distribuição. Embora não defenda a proibição total desse tipo de importação, ele alerta para a falta de controle sobre rastreabilidade e qualidade.

O esquema envolve desde a entrada irregular de

produtos e insu-mos no país até a reembalagem local e inserção no mercado formal. Em alguns casos, há indícios de uso de trabalho escravo na produção e lavagem de dinheiro ao longo da cadeia. "Isso destrói a economia regular, pois não há pagamento de **impostos** nem remuneração adequada aos distribuidores" destacou. Para ele, quando feita de forma estruturada, a importação paralela gera concorrência desleal e preços artificialmente baixos, sem garantias de segurança.

O advogado também ressaltou a sofisticação das organizações criminosas. "O crime organizado não é só alguém armado na favela. Ele está mais próximo, usando cadeias de distribuição existentes, contatos internacionais e estruturas financeiras" afirmou, citando a Operação

Carbono Oculto como exemplo desse nível de organização.

Entre as recomendações para evitar medicamentos fraudulentos, especialistas destacam atenção ao preço - "se está barato demais, é falso" -, além da verificação de embalagens, bulas e qualidade de impressão. Medicamentos de alto custo, como os usados no tratamento de câncer ou doenças raras, são alvos frequentes por oferecerem alta margem de lucro e facilidade de transporte.

Combate à pirataria

No mesmo evento, o secretário de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Pedro Ivo Sebba Ramalho, afirmou que a propriedade intelectual é tratada como prioridade pelo governo federal. Segundo ele, o tema integra um conjunto de ações estruturantes voltadas à melhoria do ambiente de negócios, ao estímulo à inovação e à ampliação do acesso a tecnologias. A atuação envolve um grupo

interministerial, com participação de órgãos como o Ministério da Justiça, responsável pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria. Ramalho destacou que o avanço da contrafação, especialmente no ambiente digital, amplia os prejuízos econômicos e os riscos ao consumidor. "O problema da contrafação é global e exige respostas coordenadas", disse.

Entre as medidas em andamento, estão operações integradas com a Secretaria Nacional do Consumidor,

focadas principalmente em produtos da área da saúde, além de propostas de atualização do marco legal. Um dos projetos em tramitação é o PL 3.375, que prevê o endurecimento de penalidades para práticas ilegais.

O secretário também reforçou que não há risco de desabastecimento de medicamentos no país e que a importação deve ocorrer apenas em situações justificadas. Para ele, o enfrentamento da falsificação exige articulação entre governo, setor privado e sociedade civil, diante da complexidade e da escala do problema.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/05/05/all.pdf>

Lula está definindo nova indicação ao STF, diz Alckmin

Cristiane Agostine, Gabriela Guido e Beatriz Roscoe

O vice-presidente da República Geraldo Alckmin (PSB) disse, na segunda-feira (4), que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está definindo uma nova indicação para a Supremo Tribunal Federal (STF), depois da rejeição de Jorge Messias pelo Senado. Lula, integrantes da gestão federal e lideranças do PT reuniram-se para redefinir a articulação política e traçar a reação após os reveses enfrentados no Congresso.

Alckmin lamentou a decisão dos senadores, mas evitou falar em crise com o Legislativo. "Quero lamentar a não eleição do Jorge Messias, porque é uma pessoa preparada, jurista, com experiência, com espírito público, uma vida dedicada ao serviço público. Mas enfim, isso compete ao Congresso Nacional", disse Alckmin. "[É] Ruim, porque você vai ficar com o ministro a menos, dez, [em] um Supremo já sobrecarregado de processos. Eu acho que o presidente Lula está definindo a sua nova indicação", afirmou o vice-presidente a jornalistas, depois de participar de um evento promovido pela Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, em São Paulo.

O vice-presidente desconversou ao ser questionado sobre como está o clima entre o Senado e o Palácio do Planalto, depois de reveses **impostos** por senadores ao governo, como a derrota histórica enfrentada por Lula ao ter o nome de Messias rejeitado e a derrubada do veto presidencial ao projeto da dosimetria, para beneficiar os envolvidos em atos golpistas, como o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

"Lula é um homem do diálogo, o presidente se caracteriza pelo diálogo, então, o diálogo sempre é um bom caminho", afirmou Alckmin.

Segundo interlocutores do Planalto, Lula ainda avalia qual será sua estratégia política depois da derrota da indicação do advogado-geral da União para o STF. Uma das possibilidades estudadas pelo presidente é indicar uma mulher negra para a vaga, como Adriana Cruz, juíza federal do Rio, o que poderia desgastar mais o Senado em caso de uma nova rejeição.

Em Brasília, Lula almoçou com os líderes do governo no Congresso,

Randolfe Rodrigues (PTAP), e na Câmara dos Deputados, Paulo Pimenta (PT-RS), além do ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), José Guimarães, para discutir os problemas na articulação política.

A avaliação de fontes a par do encontro foi que a conversa foi "boa" e que o presidente estava "sereno". O foco dela foi a agenda prioritária do governo neste semestre, que inclui a aprovação das medidas para evitar o aumento dos preços dos combustíveis e o projeto de lei que coloca fim à escala de trabalho 6 por 1, além da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, que já está no Senado desde o início de março e ainda não foi despachada para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pelo presidente da Casa, senador Davi Alcolumbre (União-AP).

Durante o almoço, houve ainda uma sinalização de Lula de que o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), será mantido no posto, a despeito da fragorosa derrota sofrida com Messias. Ele não participou do encontro porque está em viagem à China.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Relator prevê até R\$ 5 bi em incentivos em PL de minerais críticos

Ruan Amorim, Beatriz Roscoe e Giordanna Neves

O relator do projeto que cria a Política Nacional de Minerais Críticos, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), apresentou seu relatório na segunda-feira (4) e definiu que o governo poderá conceder até R\$ 5 bilhões em créditos fiscais entre 2030 e 2034 para estimular a cadeia de minerais críticos no país.

O benefício é limitado a até 20% dos investimentos e condicionado a processos concorrenciais para a produção de insumos estratégicos. O parecer também institui um fundo garantidor, com recursos públicos e privados, com capital de R\$ 5 bilhões. A União fará um aporte de R\$ 2 bilhões.

Na avaliação do líder do governo na Câmara, Paulo Pimenta (PTRS), o relatório está alinhado ao entendimento do Executivo e pronto para votação, que poderá ocorrer nesta terça-feira (5). Segundo ele, o texto preserva de "forma clara" o conceito de soberania nacional e, com isso, o governo não deve insistir na criação da Terrabras, estatal que seria criada para explorar minerais críticos.

"O relatório preserva o conceito de soberania de forma muito clara e estabelece os gatilhos necessários para que projetos aprovados estejam sintonizados com o interesse nacional com a projetos estratégicos para o país", disse ao Valor.

Para viabilizar os incentivos fiscais, o governo vai propor ao Congresso uma mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026, que veda a concessão de novos incentivos fiscais ou a prorrogação de benefícios existentes e a criação de fundos para financiamento de políticas públicas.

A alteração será por meio de um projeto de lei complementar (PLP) ou um Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN). Ao Valor, Jardim disse que o tema foi acertado com o Executivo, que enviará a proposta "rapidamente".

A proposta prevê ainda outros incentivos, como a emissão de debêntures incentivadas e de infraestrutura para financiar projetos de beneficiamento, transformação mineral e mineração urbana.

A medida abrange concentrados, minérios em grau bateria, insumos com nível de concentração adequado para a produção de ímãs permanentes (usados em motores elétricos) e fertilizantes fosfatados, potássicos e nitrogenados.

O relatório inclui essas atividades no escopo do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), estendendo os benefícios fiscais do regime - já aplicados a setores como transporte, portos, energia, saneamento e irrigação - à cadeia de minerais críticos e estratégicos.

O texto também autoriza a criação do Fundo Garantidor da Atividade Mineral (FGAM), voltado a viabilizar o financiamento de projetos no setor. A União poderá participar como cotista, com aporte de até R\$ 2 bilhões, para a concessão de garantias que cubram riscos de crédito.

O fundo contará ainda com a participação de empresas que obtenham

receita com pesquisa, lavra, beneficiamento e transformação de minerais críticos ou estratégicos no país. A estimativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é que cerca de R\$ 5 bilhões sejam necessários para destravar os projetos.

De natureza privada, o FGAM será administrado por uma instituição financeira oficial federal. As diretrizes, requisitos e condicionantes para a concessão das garantias ficarão a cargo de um comitê gestor.

Além dos incentivos, o texto também impõe contrapartidas às empresas do setor, que deverão destinar parte da receita bruta, descontados os **tributos**, para investimentos obrigatórios em inovação. Durante os primeiros seis anos da política, será exigida a aplicação mínima de 0,3% em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica e de 0,2% na integralização de

cotas do FGAM. Após esse período, o percentual destinado à inovação sobe para, no mínimo, 0,5%.

O relator definiu ainda o papel da União na exploração desses recursos ao prever que o governo poderá impor condicionantes e exigir compromissos de

agregação de valor.

O texto também prevê a criação de um Conselho Nacional para gerir os minerais críticos e estratégicos. O órgão será responsável por aprovar projetos alinhados à política do setor e por monitorar transferências e mudanças de controle acionário nas empresas envolvidas.

Além disso, caberá ao conselho a análise prévia de contratos, acordos ou parcerias internacionais que envolvam o fornecimento desses minerais, especialmente quando houver risco de impacto à segurança econômica ou geopolítica do Brasil.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Aumento de tensão faz barril do petróleo chegar a US\$ 114

DARLAN DE AZEVEDO, LUÍS EDUARDO LEAL e ANTONIO PEREZ

no Oriente Médio, com as trocas de ameaças entre EUA e Irã sobre o tráfego no Estreito de Ormuz, as cotações do petróleo voltaram a fechar em alta ontem nos mercados internacionais.

Novos episódios envolvendo a região elevaram os riscos de perturbações no fluxo da commodity energética e reforçaram as incertezas sobre uma solução diplomática entre Estados Unidos, Israel e Irã.

Negociado na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para junho fechou em alta de 4,29% (US\$ 4,48), cotado a US\$ 106,42 por barril. Já o Brent, principal referência internacional da commodity, para o mesmo mês subiu 5,8% (US\$ 6,27), a US\$ 114,44 por barril, na Intercontinental Exchange de Londres (ICE).

O Irã afirmou que irá interceptar à força qualquer embarcação que viole suas normas marítimas no Estreito de Ormuz e voltou a advertir os EUA a não entrarem na região, após Washington anunciar que passaria a "guiar" navios retidos. Analistas do Eurasia Group avaliam que o plano americano dificilmente aumentará de forma relevante, no curto prazo, o volume de navegação pelo estreito. Para isso, dizem, seria necessário o aval do Irã ou um reforço expressivo da presença naval dos EUA na área. Já Phil Flynn, do Price Futures Group, alerta que, se o Irã de fato começar a disparar mísseis contra navios de guerra dos EUA, o conflito pode escalar rapidamente.

MERCADOS. A escalada do petróleo em decorrência da piora da percepção do risco geopolítico espalhou a cautela pelos mercados, sobretudo por temores de deterioração do cenário inflacionário elevando as taxas de juros. Os rendimentos dos Treasuries (títulos do Tesouro americano) avançaram, com a taxa do T-Bond de 30 anos superando 5%, maior nível desde maio de 2023.

Na contramão dos juros, os principais índices do mercado acionário americano encerraram o dia em baixa. O Dow Jones recuou 1,13%, aos 48.941 pontos, enquanto o S P 500 caiu 0,41%, aos 7.200 pontos, e o Nasdaq perdeu 0,19%, aos 25.067 pontos.

Principal índice do mercado brasileiro, o Ibovespa fechou em queda de 0,92%, aos 185,6 mil pontos, impactado pelo recuo das ações de bancos e da Vale, de mais de 3%, enquanto as ações da Petrobras patinaram mesmo com a alta do petróleo.

"Há muitas informações desencontradas, o que se reflete na aversão a risco, e em semana que traz muitos resultados corporativos, entre os quais de Itaú e Bradesco. Petróleo já transborda para **inflação** e juros, à medida que prossegue o conflito sem uma solução próxima", avaliou Rodrigo Moliterno, head de renda variável da Veedha Investimentos.

No mercado de câmbio, o dólar se firmou à tarde, em sintonia com o comportamento da moeda americana no exterior, e fechou em alta de 0,30%, cotado a R\$ 4,9677. Referência do comportamento do dólar ante uma cesta de seis moedas fortes, o índice DXY subiu 0,3%. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Durigan aposta em apoio do Congresso mesmo após Messias

Jéssica Sant"Ana Ver também pág. C1

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou nesta segunda-feira (4) que espera que a rejeição do nome do advogado-geral da União Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal (STF) não prejudique o andamento da pauta econômica do governo no Congresso. Ele disse que segue contando com os compromissos dos presidentes do Senado e Câmara, Davi Alcolumbre (União-AP) e Hugo Motta (Republicanos-PB), respectivamente, para que pautas-bomba não sejam aprovadas.

As declarações foram dadas em entrevista ao programa Roda Vida, da TV Cultura. "Eu sigo contando com esse compromisso para que a gente não aprove as chamadas pautas-bombas, que vão trazer gastos que não estão previstos no Orçamento", disse.

Questionado se a rejeição de Messias abala a relação do governo com o Senado, ele afirmou que sim, mas disse esperar que a pauta econômica não seja contaminada. "Com o compromisso de uma agenda econômica responsável para o país, eu espero que não abale", afirmou Durigan. Ele contou, ainda, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) orientou o governo a "tocar a vida", apesar da derrota histórica na indicação para ministro do Supremo.

Ainda na entrevista, o ministro da Fazenda afirmou que as pautas econômicas não podem ser vistas como uma batalha de um braço ferro. Por isso, ele defendeu que a agenda econômica seja blindada dos problemas políticos que o governo enfrenta com o Congresso.

Ele avaliou que a rejeição do nome do Messias teve um componente político, já que o atual advogado-geral da União atende a todos os critérios técnicos para ser um membro do STF. Durigan também afirmou que ainda não conversou com Lula sobre as indicações para as duas diretorias do Banco Central (BC). Mas ele defendeu que essa agenda seja destravada ainda neste ano, mesmo diante da derrota que o governo teve.

"Para o Banco Central, os perfis das indicações que foram feitas pelo ministro Haddad e pelo presidente Lula parece que foram corretos. As outras indicações devem seguir na mesma linha: pessoas que têm

bagagem na academia, conhecimento da gestão pública, do mercado financeiro, da política monetária. Então, eu não esperaria nada diferente disso", disse.

Ele defendeu que as indicações pendentes sejam destravadas neste ano. "Seja da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e da ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados)", disse.

Ainda durante a entrevista, ele sinalizou que Guilherme Mello não deve ser indicado para uma diretoria do BC, conforme recomendou o então ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a Lula, no fim do ano passado. A indicação não foi confirmada.

"Guilherme Mello assumiu outras posições no governo, é agora secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento e assumiu a presidência do conselho da Petrobras. Como uma figura importante, já assumiu outras posições de bastante relevo", disse.

Já o modelo de meta de **inflação** pode ser aperfeiçoado, mas sem mexer na meta contínua de 3% ao ano, disse ele. "Eu tenho dificuldade com a mudança da meta de **inflação**. Chegou-se a um entendimento de manter a meta em 3% e colocar a apuração em um período mais contínuo do que simplesmente no ano", defendeu Durigan.

Na entrevista, ele sugeriu que, se necessário, o Fundo Constitucional do Distrito Federal, de responsabilidade da União, seja usado para socorrer o Banco de Brasília (BRB). Mas disse que a Fazenda só atuará para socorrer o BRB se o BC considerar que há risco sistêmico.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Tensões geopolíticas aquecem investimentos no setor de Defesa

A Avibras anunciou a retomada de suas operações, após quatro anos de paralisação, na última semana

As crises geopolíticas dos últimos anos têm sustentado o negócio de empresas do segmento de Defesa e trouxeram essas companhias para o radar do mercado. Com esse cenário, fusões e aquisições ganharam corpo. Além disso, cresceu o investimento por parte dos países em tecnologias como satélites e armamentos, movimento visto também na América Latina.

No Brasil, a Avibras comunicou a retomada de sua operação após quatro anos de paralisação, reforçando o apetite de investidores em projetos da área. A companhia iniciou a contratação de 200 funcionários, amparada por um contrato com o Exército Brasileiro, apontaram fontes.

Miles Chambers, vice-presidente sênior de negócios internacionais da estatal árabe Edge Group, destacou o crescimento no volume de investimentos dos países em Defesa. "Na Europa, os países aumentaram a participação da Defesa no PIB para cerca de 5%. Há quatro anos, isso estava perto de 2%", disse. No Brasil, o Congresso estuda elevar esse percentual para 2%, contra cerca de 1% atualmente.

Parte da estratégia da Edge nos últimos anos foi se tornar uma exportadora de tecnologia. Na visão da empresa, o segmento hoje estaria muito concentrado nos serviços de poucos "players" - sobretudo americanos e franceses.

Nos últimos cinco anos, a Edge participou de mais de 20 movimentos de aquisições ou joint ventures globalmente. Uma delas foi a compra, em 2023, de 50% da SIATT, fabricante de armamentos brasileira. Já em 2024, fechou a aquisição de 51% da também brasileira Condor, de armas não letais.

Questionado, Chambers disse que a empresa avalia outras oportunidades por aqui. Desde março de 2023, quando pisou no Brasil, a Edge já investiu cerca de US\$ 1 bilhão no país. "[A América Latina] é um mercado estratégico para nós e estamos bem posicionados. O investimento que fizemos no Brasil vai ajudar a expandir a indústria local e da região", disse.

O maior olhar do setor financeiro para o segmento de

Defesa tem sido um importante suporte para a Avibras. A empresa entrou em recuperação judicial em 2022, com

uma dívida hoje na casa de R\$ 800 milhões. Os cerca de 900 funcionários estavam em greve desde setembro daquele mesmo ano.

Houve diversas tentativas para salvar o negócio. Alguns grupos estrangeiros se interessaram pelo ativo, como a australiana Defendtex, mas sem sucesso.

A possível aquisição da Avibras por uma empresa estrangeira sempre foi alvo de críticas por parte do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, que defende inclusive que o negócio seja estatizado.

No dia 30 de abril, a Avibras comunicou a retomada oficial das suas operações. A empresa fechou uma captação de R\$ 300 milhões feita pelo Fundo Brasil Crédito, principal credor da Avibras desde 2024. Parte do dinheiro foi levantada por meio de um empréstimo com o empresário Joesley Batista, dono da JBS, apontaram pessoas próximas. O empresário foi procurado por meio de sua assessoria, mas não se manifestou.

A Avibras negocia ainda com o governo uma linha de crédito para ajudar na sua retomada.

Por trás da Brasil Crédito estão Raul Ortuzar e Thiago Osório, investidores com histórico em reestruturação de empresas. Já o cargo de diretor-presidente da empresa está com Sami Hassuani.

A Avibras vinha avançando com um processo de demissão dos seus funcionários. Inicialmente, cerca de 200 serão recontratados pela "nova" empresa, a Avibras AeroCO, que terá todos os ativos e patentes do negócio.

Um apoio importante para a retomada da Avibras é um contrato

firmado com o Exército do Brasil para o fornecimento de munições e peças. O Exército já era cliente antes da crise e, conforme fontes, manteve um pedido junto à companhia de R\$ 200 milhões a R\$ 300 milhões ao ano.

Em nota, a Avibras disse avançar com novos desenvolvimentos em fase de certificação, como o Míssil Tático de Cruzeiro (MTC) de 300 quilômetros de alcance, além do lançamento do Míssil Tático Balístico (MTB), com alcance superior a 100 quilômetros.

A movimentação no setor de Defesa tem ajudado também a Embraer, que implementou em 2023 uma linha de produção para o caça Gripen em parceria com a sueca Saab. Essa é a primeira vez que o avião militar da Saab é produzido fora da Suécia desde a fundação da empresa, em 1937.

A história do Gripen por aqui começou em 2013, quando a sueca foi anunciada vencedora da concorrência do Programa FX2, destinado à renovação da frota de caças da Força Aérea Brasileira (FAB). O edital começou em meados de 2008 e a disputa final envolveu o Boeing F/A-18 E/F Super Hornet (EUA), o Dassault Rafale (França) e o Saab Gripen NG.

A Saab tem planos de produzir os caças Gripen encomendados pelo governo da Colômbia na fábrica de Gavião Peixoto, no interior de São Paulo, disse o CEO global da Saab, Micael Johansson. O executivo esteve no Brasil em março para participar de evento que marcou a entrega do primeiro caça produzido em território brasileiro com a Embraer.

A Saab assinou em novembro de 2025 um contrato com o governo da Colômbia e recebeu um pedido para 17 aeronaves de combate Gripen E/F. O valor é de 3,1 bilhões, e as entregas ocorrerão entre 2026 e 2032. O contrato inclui 15 caças Gripen E monopostos e dois caças Gripen F bipostos, além de equipamentos e armamentos associados, treinamento e serviços.

As crescentes encomendas do modelo C-390 da Embraer também refletem a escalada dos aportes em Defesa mundo afora. (Veja texto ao lado)

Outra multinacional a se movimentar na América Latina é a Telespazio. Recentemente, a empresa foi escolhida pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) para fornecer um sistema satelital de comunicações móveis.

A Telespazio é hoje uma das principais provedoras de serviços de satélite na região, operando por meio de suas subsidiárias no Brasil e na Argentina, além de filiais na Colômbia, Peru, Chile e Costa Rica.

As tensões globais, assim como a maior disputa no setor aeroespacial diante de grupos como a SpaceX (do empresário Elon Musk) e a Blue Origin (de Jeff Bezos), tiveram peso na decisão da Airbus, Thales e

Leonardo de unir seus negócios de satélites globalmente.

A operação, anunciada no fim do ano passado, ainda depende da validação de órgãos reguladores e a Telespazio, controlada pela italiana Leonardo, com 67%, e os outros 33% com a francesa Thales, fará parte do movimento.

A entidade resultante da fusão tem hoje receita anual de 6,5 bilhões. O objetivo é aumentar este valor para 8 bilhões em três anos e a ambição é atingir mais de 10 bilhões até o fim da década.

Novo Desenrola pode trazer impulso à atividade e desafio adicional ao BC

Gabriel Roca e Gabriel Caldeira

Diante de um espaço cada vez mais limitado para o Banco Central continuar reduzindo a Selic, o novo Desenrola Brasil, programa do governo para aliviar o endividamento das famílias, pode trazer novo impulso à atividade econômica e impor um desafio ainda maior para o trabalho da política monetária.

Segundo Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, programas como o novo Desenrola, que podem estimular a demanda, acabam por afetar a potência da política monetária e, por consequência, dificultam o trabalho do BC de atingir a meta de inflação de 3%.

De acordo com Barros, a avaliação geral ainda é que a política monetária está funcionando com o fim de desaquecer a economia, dado o elevado grau de restrição da taxa Selic, acima até das estimativas mais pessimistas para o juro neutro (taxa que não estimula nem esfria a demanda). Ainda assim, a potência dos instrumentos do BC "é aguada pelas várias medidas de estímulo" do governo, diz.

Barros define o Desenrola 2.0 como "um tijolo a mais que o governo está colocando em um muro de medidas de estímulo". Ele lembra, inclusive, que a ARX vem alertando seus clientes desde o ano passado sobre o tema fiscal e parafiscal e aponta que as medidas já surtem efeito no início de 2026 - e devem seguir dando dinamismo à economia ao longo do ano.

"Tudo isso atrapalha bastante, sim, o BC, e acontece em uma janela em que se tem um choque de oferta que está desancorando [as expectativas de inflação] no médio prazo, já com algum efeito secundário", diz o economista, ao comentar o impacto da escalada dos preços do petróleo por conta da guerra no Oriente Médio sobre a inflação doméstica.

Nesse sentido, Barros acredita que o BC deveria dar mais importância ao tema fiscal e de estímulos à economia, algo que, segundo ele, foi minimizado no último comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom).

"Essa "reinflação" do primeiro trimestre é reflexo direto da quantidade grande de dinheiro que o governo está

colocando na economia. Isso vai criar um constrangimento adicional para continuar o ciclo de cortes [da Selic], e o tamanho do ciclo vai acabar sendo menor", diz.

Antes do anúncio oficial do programa, o J.P. Morgan já alertava sobre o potencial impacto das medidas, que poderiam acrescentar 0,6 ponto percentual ao PIB, a depender do desenho e da implementação. Segundo economistas da instituição, programas de alívio de dívidas, especialmente quando combinados com outras políticas voltadas a sustentar a demanda agregada, podem reverter parte do impacto do aperto monetário.

"Se o impulso de demanda for suficientemente grande para atrasar ou interromper a trajetória de desinflação, o Banco Central do Brasil ficaria limitado na capacidade de cortar juros tanto quanto nosso cenário-base pressupõe. Juros mais altos por mais tempo, por sua vez, criariam as condições para uma nova rodada de sobre-endividamento das famílias", afirmam.

Para o economista-chefe da Ativa Investimentos, Éttore Sanchez, ainda é difícil mensurar o impacto de curto prazo do programa na atividade econômica, já que, se o uso do FGTS for apenas uma "parcela" sobre o total do saldo devedor, poderia haver efeito negativo sobre a renda. "Já as pessoas que estão no turbilhão do uso recorrente, seja rotativo do cartão ou cheque especial, teriam algum tipo de alívio financeiro. Neste caso, haveria efeito positivo para a atividade."

No entanto, o vetor imediato parece ser de impulso para a atividade, ainda que, no longo prazo, a medida possa funcionar apenas como um paliativo para o problema do endividamento crescente. "Ainda mais porque você não tem uma associação direta à educação financeira. Você está dando uma boia de salvação, que está se esvaziando, mas a pessoa não aprendeu a nadar ainda", afirma.

A medida, aponta, também gera um incentivo perverso na economia, ao privilegiar os maus pagadores. "Quem é bom pagador não tem acesso ao FGTS. Isso, assim como nos programas de Refis [refinanciamentos de dívidas tributárias com o governo], gera incentivos perversos. De que vale honrar os compromissos? Não parece render grandes frutos e, na verdade, parece mais o contrário", afirma o economista da Ativa.

Já o chefe de análise da Mapfre Investimentos, Luis Afonso Lima, afirma que o saldo líquido da apresentação do programa é positivo, neste momento. "Quando a taxa de juro é muito maior que o crescimento real dos salários, o saldo das dívidas aumenta a uma taxa maior. Então, em um segundo momento, a dívida acaba voltando. Mas o Desenrola 2.0 tem um lado positivo, que é a troca de dívidas com a utilização de recursos do FGTS. Agora há uma quitação da dívida, e não apenas renegociação. Se isso for combinado com uma educação financeira das famílias, acho que tem chance de ser melhor sucedido que o Desenrola 1", avalia.

"O saldo líquido é melhor do que o Desenrola 1 e é melhor também do que não fazer nada. Se houvesse nenhum anúncio de programa, acredito que estaríamos em uma situação pior. É uma oportunidade do ponto de vista da sustentabilidade das famílias", diz.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>